

Resumo

Esta pesquisa em andamento resulta do grupo de pesquisa em Representação da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Observa-se a existência de diversas diretrizes e estudos para a construção de uma política de indexação, e buscando integrá-las, apresenta-se aqui os principais conceitos de Indexação, bem como os critérios e conceitos de princípios de elaboração de uma Política de Indexação conforme a pesquisa bibliográfica das contribuições de Chaumier (1988), Lancaster (2004), Carneiro (1985), Fujita (2011) e outros pesquisadores, fundamentamos o modelo aqui proposto para a elaboração de uma política de indexação em qualquer ambiente informacional disponibilizando maior acessibilidade, eficiência, praticidade e qualidade de funcionalidade ao sistema de representação e recuperação da informação.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento. Representação da Informação. Indexação. Linguagens Documentárias. Política de Indexação.

Abstract

This ongoing research results from the research group on Information Representation of the Post-Graduate Program in Information Science of the Federal University of Ceará (UFC). It is observed the existence of several guidelines and studies for the construction of an indexation policy, and seeking to integrate them, it presents here the main concepts of Indexing, as well as the criteria and concepts of principles of elaboration of an Indexing Policy according to a bibliographical research of the contributions of Chaumier (1988), Lancaster (2004), Carneiro (1985), Fujita (2011) and other researchers, we base the model proposed here for the elaboration of an indexing policy in any informational environment providing greater accessibility, efficiency, practicality and quality of functionality to the information representation and retrieval system.

Keywords: Knowledge Organization Systems. Representation of Information. Indexing. Documentary Languages. Indexing Policy.

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a indexação e sua relevância no processo de representação da informação é essencial em meio as transformações informacionais que surgem na pós-modernidade. Neste sentido utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de Indexação e Política de Indexação, conforme Chaumier (1988), Carneiro (1985), Lancaster (2004) e Fujita (2011), relatando as suas contribuições científicas.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de sintetizar, por meio de um modelo, as principais etapas de elaboração de uma Política de Indexação, considerando ser este instrumento essencial para a eficácia de um sistema de informação, desde uma biblioteca comunitária até um centro especializado de pesquisa. Como objetivo geral buscamos investigar os conceitos e critérios de princípios de elaboração de uma Política de Indexação; e como objetivos específicos,

conceituar a Indexação e os seus processos; e propor um modelo de elaboração de uma Política de Indexação.

2 CONCEITUANDO A INDEXAÇÃO

Antes de entender o processo que permeia a Política de Indexação, e sua finalidade em colaboração aos serviços dispostos aos mais diversos usuários, deve entender-se de fato o que é a indexação. Segundo Chaumier (1988) a Indexação é a parte mais importante de uma análise de todos os documentos dispostos. Por meio da indexação se condiciona o valor de tudo que já foi analisado. Constitui-se da condensação dos conceitos encontrados nos documentos submetidos a uma análise documentária, onde estes são capazes de representar o documento, ajudando em sua recuperação, por meio de sistemas de recuperação de informação. Sistemas de recuperação que, conforme Cesarino (1985) citado por Fujita (2012), a eficiência depende da qualidade em que a indexação foi realizada.

Segundo Chaumier (1988) o processo de indexação constitui-se das seguintes etapas: Conhecimento do conteúdo do documento, fazendo-se uma leitura rápida do documento; Escolha dos conceitos, realizando uma análise conceitual do documento; Tradução dos conceitos escolhidos, trazendo os termos presentes no documento para os termos da linguagem documentária; Incorporação dos elementos sintáticos, onde se é avaliado a importância dos conceitos em relação ao conjunto de documentos a se indexar. Vendo assim a importância de cada conceito na figuração do autor, em seu desenvolvimento. Chaumier (1988) cita que a transcrição desses conceitos, extraídos em meio ao processo citado, é incorporada pelas Linguagens Documentárias (LD's). As LD's são instrumentos do processo de indexação, podendo se dividir, segundo Chaumier (1988), em linguagens de estrutura hierárquica, chamadas classificação e linguagens de estrutura combinatória, chamadas Tesouros.

Lancaster (2004) atenta que a indexação de assuntos é normalmente feita visando a atender às necessidades de determinada clientela, ou seja, é preciso que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado no documento, mas por que ele se reveste de provável interesse para determinado grupo de usuários. E descreve em duas etapas gerais: Análise Conceitual e Tradução. Onde a primeira, consiste na leitura e entendimento do que se trata o documento, que resulta em um resumo e a segunda sua representação para inserção do sistema de informação e busca pelo usuário.

Para alcançar uma Indexação eficiente é preciso defini-la por meio de uma Política de Indexação, conforme veremos, a seguir.

3 O QUE DE FATO É A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO?

Entendendo a funcionalidade e importância do processo que constitui a indexação, pode-se de fato analisar o que constitui uma Política de Indexação. Sabe-se que a missão dos bibliotecários envolve a responsabilidade pela Organização e Representação da Informação, que possibilitará o acesso à informação. Ou seja, este acesso somente ocorre, de fato, quando a informação está organizada.

E como se pode organizar? Como agrupar, distinguir, definir caminhos a serem realizados até chegar às mãos dos usuários? Eis que a política de indexação entra em vigor.

A Política de Indexação caracteriza-se em ser o meio que garantirá que a indexação se concretize e traga de fato a sua funcionalidade de forma íntegra e completa. Sendo assim, a Política de Indexação é *sinequa non* para o processo de implementação de um serviço de indexação.

Fujita (2012, p. 17) afirma que a Política de Indexação não deve ser tida como somente uma lista de procedimentos a serem seguidos. A Política de indexação vai além da consistência dos procedimentos de indexação, alcançando também a cobertura temática em níveis quantitativos e qualitativos, visando os domínios de assuntos e as demandas de usuários.

Assim sendo, para a recuperação da informação em um sistema informatizado, e visando o melhor modelo que atenda as necessidades do usuário, a política de indexação deve ser arquitetada. Analisando as obras de alguns autores, percebem-se duas visões de política de indexação que se complementam: uma visão mais ampliada que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação, com sua operacionalização e avaliação. Pela visão de gestão, de acordo com Carneiro (1985), uma política de indexação:

[...] deve servir como um guia para tomada de decisões, deve levar em conta os seguintes fatores: a) características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; b) identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação; c) recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação de informações. (CARNEIRO, 1985, p. 221).

E contemplando os procedimentos e elementos de indexação: Quando Lancaster publicou seu livro “Information Retrieval Systems” em 1968, com base em Vickery (1965), a consistência entre a indexação e a recuperação de assuntos dos conteúdos documentários já eram determinantes de uma política de indexação. (...) nesse livro, incluiu-se a definição e a necessidade de uma política de indexação articulada com a recuperação da informação através da formulação de estratégias de busca. (FUJITA, 2012)

Os requisitos conforme Carneiro (1985) são a organização como ambiente em que está inserido o sistema de armazenamento e recuperação da informação, a clientela e os recursos financeiros, materiais e humanos. Os elementos são sete: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos fonte, processo de indexação, estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, forma de saída e avaliação do sistema. Por sua vez, o processo de indexação, como elemento essencial da política, é afetado por um conjunto de variáveis que influem na recuperação da informação. Essas variáveis, são: exaustividade, especificidade, a escolha da linguagem, revocação e precisão. No tópico seguinte pontuaremos cada um destes elementos e variáveis.

3.1 CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO

Assim como a indexação é constituída de processos que a caracterizam e garantem a sua qualidade dentro de um sistema de recuperação da informação, a política de indexação, também, tem seus fatores e elementos que são essenciais para que sua funcionalidade seja garantida.

Para Carneiro (1985), ao estabelecer uma política de indexação, é de suma importância que se observe alguns fatores e critérios que permeiam todo o seu processo, que são:

- a) a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação;
- b) a identificação da clientela a quem se destina o sistema;
- c) os recursos humanos, materiais e financeiros. (CARNEIRO, 1985, p. 222).

Ainda sob a análise de Carneiro (1985), ao identificarmos a organização, a forma de identificar a área de assunto de interesse, o tipo de documento mais importante, o sistema de indexação a se utilizar e o nível de exaustividade e especificidade se tornam mais simples de serem almejados.

Já a identificação da clientela a que o sistema se destina torna-se um pré-requisito importante para a elaboração eficiente de qualquer sistema de informação, da mesma forma que os recursos financeiros, materiais e humanos, seu planejamento e análise são relevantes para que o gerenciamento saia como previsto e com eficiência para o usuário.

Para Carneiro (1985) um sistema de recuperação envolve várias decisões que afetarão o desempenho do sistema como um todo. Assim, a autora discorre sobre elementos essenciais para a elaboração de uma política de indexação, descrita nas subseções seguintes, que são a cobertura de assuntos; seleção e aquisição dos documentos fontes; o processo de indexação; a estratégia de busca; o tempo de resposta do sistema; a forma de saída; e a avaliação do sistema.

Percebe-se então que é necessário atender aos requisitos, elementos e variáveis definidos e contemplados em uma política de indexação. Os requisitos conforme Carneiro (1985) são a organização como ambiente em que está inserido o sistema de armazenamento e recuperação da informação, a clientela e os recursos financeiros, materiais e humanos. Os elementos são sete: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos fonte, processo de indexação, estratégia de busca, tempo de resposta do sistema, forma de saída e avaliação do sistema. Por sua vez, o processo de indexação, como elemento essencial da política, é afetado por um conjunto de variáveis que influem na recuperação da informação. Essas variáveis, são: exaustividade, especificidade, a escolha da linguagem, revocação e precisão.

3.1.1 Cobertura de Assuntos e Seleção e aquisição dos documentos fontes

Para Carneiro (1985, p. 229) a cobertura de assunto, oriunda do estudo de usuário, seria os assuntos que são cobertos pelo sistema, sendo eles centrais ou periféricos. Lancaster (1948), conforme citado por Carneiro (1985, p. 230) aborda dois aspectos mediante a seleção e aquisição de documentos fontes. Sendo esses a extensão da cobertura do sistema e a qualidade dos documentos da área.

3.1.2 O processo de indexação

No processo de indexação, cada etapa é afetada por variáveis que impactarão no processo de recuperação da informação. Essas variáveis são os níveis de exaustividade e especificidades requeridos pelo sistema, a linguagem de indexação, a capacidade de revocação e a precisão do sistema. (CARNEIRO, 1985, p. 231).

De acordo com Maturana (1992) apud Guimarães (2015), a exaustividade na indexação caracteriza-se por ser a capacidade de extensão da abordagem dos diferentes temas do documento, que são identificados pelo indexador na hora do processo de análise e que são, posteriormente,

traduzidos para uma linguagem documentária e identificados como termos/pontos de acesso. Influenciando diretamente na alta ou baixa revocação no resultado da busca. Para Lancaster (2004), a decisão mais importante para uma política de indexação, condiz ao nível de exaustividade a ser feita pelos indexadores, onde ele define como uma média de termos a serem atribuídos. Sendo que quanto mais termos forem utilizados para indexar um documento mais acessível ele se tornará. E sugere um parâmetro quantitativo por tipos de documentos, que não deve ser levado a risca, mas sim como referência. Como na FIGURA 1, a seguir:

FIGURA 1 – Diretrizes de exaustividade

Relatórios técnicos da própria empresa	15–25 termos
Outros relatórios técnicos	10–15 termos
Patentes	15–20 termos
Artigos de periódicos	5–10 termos

Fonte: LANCASTER (2004, p.28)

A especificidade, pela norma ISO 5963-1985, tem a ver com a precisão com que um termo de indexação representa rigorosamente um conceito que aparece no documento em análise, que infere em maior ou menor precisão. A relevância mede a correspondência entre documento e a consulta e a revocação é a proporção de documentos relevantes recuperados, enquanto a precisão mede a proporção de documentos recuperados que são relevantes (LE COADIC,2004).

Lancaster (2004), relaciona especificidade a palavra “profundidade”, e salienta que exaustividade e especificidade influenciam diretamente no resultado da busca ou revocação. Onde, um maior nível de especificidade, diminui a exaustividade, trazendo resultados mais precisos. E um menor nível de especificidade, aumenta a exaustividade, revogando resultados mais abrangentes.

3.1.3 A estratégia de busca e o tempo de resposta do sistema

Uma importante decisão a ser tomada no estágio de busca é se ela será delegada ou não. Na busca delegada o usuário transfere a responsabilidade da busca a um especialista da informação. Na busca não delegada o processo é mais simples, uma vez que o usuário vai diretamente à base de dados. (CARNEIRO, 1985, p. 235). O tempo de resposta de um sistema de recuperação, isto é, o tempo gasto entre o recebimento de um pedido de informação e o fornecimento de uma resposta satisfatória será determinado em função das necessidades da comunidade de usuários a que o sistema se destina. (CARNEIRO, 1985, p. 236)

3.1.4 A forma de saída e a avaliação do sistema

Carneiro (1985, p.237) ressalta que é importante a forma como o sistema apresentará os resultados das buscas. Cita que podem ser apresentados em números de acessos referentes aos documentos, referências bibliográficas, resumos ou o texto do documento na íntegra. Segundo Carneiro (1985, p.238) a avaliação do sistema será responsável por determinar até que ponto o

usuário estará satisfeito, permitindo a correção das falhas que possibilitarão a melhoria do processo.

3.2 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Dentro de uma política de indexação, é necessário também, além dos critérios descritos no tópico anterior, a decisão de utilizar ou não uma linguagem documentária. As Linguagens Documentárias – LD's, para Cintra et al. (1994) são utilizadas para a recuperação da informação. Essas linguagens são construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos, destinadas a “traduzir” os conteúdos dos documentos, de uma linguagem natural para uma linguagem controlada, tornando possível a comunicação usuário/sistema. Onde, Tálamo (1997) complementa:

A LD apresenta-se simultaneamente como estrutura e representação. Nesse sentido, a LD reconhece, de início, um valor do conhecimento – a necessidade de tê-lo da sociedade – e, a partir dele, outra necessidade – para a qual visa o estabelecimento de respostas adequadas – a de transformá-lo em informação, isto é, propô-lo numa organização intermediária capaz de fazer circular o conhecimento e, face às necessidades específicas de usuários, transferi-lo. (TÁLAMO, 1997, p.10)

Como uma linguagem gramatical, ela integra elementos léxicos, uma rede paradigmática, que os relacione e outra, e uma rede sintagmática que os expresse, sendo sua estrutura básica as relações hierárquicas, que podem ser genéricas, específicas ou partitivas. E também unidades que são relacionadas de forma não-hierárquicas, chamadas de “associativas”. Ambas, apresentam relações de equivalência. Este gênero de relacionamento entre os termos é utilizado para permitir a entrada no sistema, operando no nível da sinonímia e da polissemia.

As relações hierárquicas podem ser exemplificadas pela CDD (Classificação Decimal de Dewey), onde sua estrutura de 10 classes subordina outras classes, de conceitos macros para específicos. A fonte de referência para a construção das hierarquias, é a estrutura teórico-conceitual de domínios específicos. Dentro das relações hierárquicas, temos as relações genéricas, onde partimos de do geral ao específico. A validade de uma relação genérica pode ser constatada através de um esquema lógico do tipo “todos/alguns”.

Além das relações genéricas, podemos ter também, as relações partitivas, que expressa a relação entre o todo e suas partes. Como localidades geográficas, sistemas e órgãos do corpo. Já as relações não-hierárquicas, apresentam relações do tipo causa/efeito, antes/depois, esquerda/direita, produtor/produto. Todos os conceitos podem se relacionar entre si em algum momento.

Depois de estabelecido o sistema nocional (hierarquia ou não), existe condições para propor relações entre os termos. Numa LD, não podem existir palavras que se refiram a um mesmo conceito ou uma palavra para designar vários conceitos. No caso da polissemia e ambiguidade, é necessário neutralizá-las, colocando, por exemplo, “clarificadores” para contextualizá-la.

A sinonímia é a relação de equivalência entre ao menos duas palavras. A equivalência é um recurso normalizador importante para a compreensão de uma LD. Como atribuir como sinônimo, palavras populares a nomes científicos.

A hiponímia estabelece uma relação em vários níveis e sentidos. Como no caso a palavra “animal” que se relaciona com seus contrastes: vegetal, etc. No sentido de “mamífero” se contrapondo a aves, peixes, etc. E no sentido de “bicho”, que é oposto a seres humanos. Assim a palavra “animal” poderá surgir três vezes na classificação hierárquica da natureza. Todos estes elementos devem ser bem definidos em uma Política de Indexação.

4 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa qualifica-se por sua natureza bibliográfica e descritiva, abordando os conceitos, critérios de princípios de elaboração de uma Política de Indexação para sintetizar suas etapas principais de construção. Após a revisão de literatura e esquematização das etapas e requisitos abordados pelos autores que embasam este estudo, é proposto o quadro a seguir, com suas especificações.

5 MODELO PROPOSTO PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO

O primeiro resultado surgiu da pesquisa bibliográfica, que são os conceitos e critérios de princípios de elaboração de uma Política de Indexação, como descritos na seção 3.

Baseado neste levantamento surgiu, por meio da descrição, a proposta do Modelo de Elaboração de uma Política de Indexação, conforme apresentado no QUADRO 1, a seguir:

QUADRO 1 -Modelo de Elaboração de uma Política de Indexação

Proposta de modelo para elaboração de uma Política de Indexação			
Etapa Prévia			
Fase 1: Organização			
Área de atuação :			
Tipo(s) de documento :			
Tipo(s) de informação :			
Fase 2: Usuários			
Campo(s) de interesse:			
Nível educacional:			
Necessidade exigida:			
Preferência de busca:			
Idioma(s):			
Formato do resultado:			
Fase 3: Recursos			
	Quant. / Equipamentos	Valor unitário	
Financeiros:			
Humanos/ Operacionais:			
Tempo/Produção :			
Continuação			
Etapa de Especificação			
Fase 4: Aspectos do Acervo			
Cobertura de assuntos:			
Seleção e aquisição:			
Fase 5: Processo de indexação			
Nível de exaustividade:	Menor	Média	Maior
Nível de especificidade:	Menor	Média	Maior
Escolha da linguagem:	Livre		Controlada
Revocação e Precisão:	Menor		Maior
Estratégia de busca:	Usuário		Profissional
Resposta do sistema:	Menor		Maior
Forma de Saída:			
Avaliação do Sistema:			

Fonte: Adaptado de CARNEIRO (1985), CINTRA (1994), LEIVA E FUJITA (2012).

O modelo possui duas etapas gerais, que consiste na etapa prévia, que consiste em 3 fases para identificar a instituição, público-alvo e recursos, sendo estas: a Fase 1, identificação da instituição, onde a natureza da instituição influenciará diretamente sob o nível de especificidade e exaustividade, pois dependendo de seus serviços, produtos e necessidades do seu público-alvo, ou clientela, o sistema de recuperação da informação demandará uma indexação mais específica e menos exaustiva ou menos específica e mais exaustiva.

Podemos utilizar como exemplo uma indústria automobilística possuidora de um centro de documentação especializado em mecânica de automóveis que atende seus funcionários técnicos neste assunto. Pressupõe-se que o sistema de indexação tenha um nível maior de especificidade e menor exaustividade para menor revocação e maior precisão para resultados mais específicos e relevantes. Já em outro local, como em uma biblioteca pública com singulares assuntos e público distinto em formação e faixa etária, o sistema de indexação deve ser de maior exaustividade e

menor especificidade para maior revocação e menor precisão, possibilitando um resultado mais abrangente.

Entende-se que quanto maior a especificidade, menor a revocação e maior a precisão. Portanto, a menor especificidade, gera uma maior revocação e menor precisão. Já na exaustividade, quanto maior, gera maior revocação e menor precisão. Sendo menos exaustiva, tem-se maior precisão e menor revocação (LANCASTER, 2004).

O estudo de usuários para sua identificação, deve ser realizada na Fase 2. O perfil destes deve ser bem definido e revisto com periodicidade. Por meio de observação, entrevista ou questionário é preciso identificar os assuntos que estes pesquisam e os de seu interesse, bem como seu grau de escolaridade e formação, pois norteará tanto no nível de indexação, quanto na seleção e aquisição de documentos. Em seguida, a preferência pela pesquisa deve ser apreendida. Se o usuário prefere realizá-la de forma autônoma direto em um terminal de consulta ou se com o auxílio do profissional, afetando na arquitetura de informação do sistema, que deve ser de fácil interação e intuitivo. E também, no treinamento do usuário neste sistema e do profissional no atendimento e auxílio à pesquisa.

Na Fase 3, caracteriza-se os recursos humanos e financeiros disponíveis para implementação e manutenção da política de indexação. A configuração de uma equipe para esta atividade requer profissionais especializados, como bibliotecários, suporte em tecnologia da informação, auxiliares e técnicos, assim como na compra ou licença de uso de software, equipamentos e manutenção destes que se expressam por meio dos recursos financeiros, que influenciam no período de duração e continuidade do processo.

A etapa seguinte, de especificação, consiste nas Fases 4 e 5. Na fase 4, relacionam-se os aspectos do acervo, seus assuntos e como é feita a política de seleção e aquisição. Este tópico é significativo e correlacionado aos assuntos de interesse dos usuários, dado que norteará o desenvolvimento do acervo tendo como cerne as demandas dos usuários.

Na última fase, Fase 5, estabelece-se tecnicamente a forma que dar-se-á a indexação, é onde determina-se os níveis de exaustividade e especificidade, bem como a utilização, ou não, de uma linguagem documentária. Reexaminando-se sempre as etapas anteriores para estas tomadas de decisões. Como no item da estratégia de busca, revisita-se a preferência de busca na Fase 2. É oportuno também considerar a autonomia do usuário quanto o grau de revocação e precisão, como o uso de filtros na ferramenta de busca, ou não, pois se seus usuários preferirem o auxílio de um profissional, este deve ser suficiente para a recuperação da informação solicitada.

Quanto a forma da apresentação do resultado da busca, existem variadas alternativas, como em tela, relatório físico ou digital, com os documentos selecionados prontos para consulta local ou empréstimo. Pode-se elencar mais de uma forma de saída a partir da preferência do usuário.

Prosseguindo para a avaliação deste sistema de recuperação da informação. Quais serão os parâmetros para medida de eficiência? Sendo na íntegra de forma quantitativa, pode ser considerado: tempo de pesquisa; termos pesquisados relacionados aos itens recuperados ou acessados ou consultados ou emprestados; Número de itens com baixa revocação; e etc. De forma qualitativa, por meio de entrevistas, observação e/ou questionários. Devendo o resultado da compilação destes dados demonstrar o índice de satisfação do usuário, da mesma maneira que constatará falhas que poderão ser ajustadas e redirecionadas de acordo com a política de indexação.

Ressalta-se que o uso e aplicação deste modelo contempla uma visão geral que deve ser minuciosamente descrita em um documento manual para consulta na íntegra por todos os profissionais envolvidos.

Vale consultar a cunho demonstrativo o Manual de Indexação de Documentos para a Base de Dados LILACS (2008) do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências de Saúde (BIREME), que apresenta em suas 392 páginas, a metodologia, conceitos e diretrizes para indexação de diversos tipos de suportes, bem como os descritores autorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das contribuições dos autores citados no artigo em questão, foi possível entender o que de fato é a Indexação e Política de Indexação e sua contribuição para a Organização e Representação da Informação, permitindo conhecer os critérios de implementação seus processos, assim como a sua extensão e objetivo que é atender as demandas e necessidades dos usuários.

Apresentou-se a sintetização de um modelo com as principais etapas para elaboração de uma Política de Indexação, assim como seu detalhamento por fases e relações embasadas nos conceitos e critérios elencados por Carneiro (1985), Lancaster (2004), Cintra (1994), Leiva e Fujita (2012).

Percebe-se que para a recuperação da informação, a representação da informação é o cerne para o seu cumprimento. Sendo a Política de Indexação uma demanda nascida da necessidade de um meio entre sistema e usuário, que para sua construção e utilização, requer um planejamento rebuscado que leve sempre o usuário em primeiro lugar. Este trabalho trouxe algumas reflexões e conceitos sobre estes temas, buscando delinear sua importância e etapas para a sua construção.

Ressalta-se que este modelo proposto é um referencial, podendo e devendo ser complementado a partir das necessidades de cada instituição, sendo ainda, um modelo em desenvolvimento pelos autores. Assim, por meio do modelo proposto para elaboração de uma política de indexação, constatamos que este é um instrumento essencial para a Organização da Informação, disponibilizando maior acessibilidade, eficiência e praticidade ao sistema de informação, que tem como objetivo agregar valor e garantir que a representação da informação seja feita com total eficiência. Acima de tudo, com foco no usuário, de forma imparcial pelo indexador, conexo com os serviços da instituição e seus recursos humanos e financeiros.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M.C. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia**: UFMG, Belo Horizonte, p. 187-220, set. 1985.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis: APB, 1994. 72 p. (Coleção Palavra Chave, 4). Disponível em <<https://goo.gl/9aXD4E>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, p. 46-62, jan/jun. 1988.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; EVANGELISTA, Isadora Victorino. **Referentes teóricos internacionais na temática exaustividade e especificidade na indexação:** uma análise de domínio. In: Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015. Universidad Complutense de Madrid: Madrid, 2015. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/34559/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/Livros, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** Brasília: Brinquet de Lemos, 2004.

LEIVA, I. G; FUJITA, M. S. L. **Política de indexação.** Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. **Linguagem documentária.** Ensaios APB, n.45. São Paulo, 1997.